



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
CONSELHO SUPERIOR

ATA DA 283ª SESSÃO ORDINÁRIA DO EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR DO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

1 Aos seis dias do mês de dezembro de dois mil e dezenove, às quinze horas e quarenta minutos, na
 2 Sala de Reuniões do Conselho Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, teve
 3 início a Sessão Ordinária do Conselho Superior, sob a condução da Presidente do CSMPDFT,
 4 Fabiana Costa Oliveira Barreto. Estiveram presentes os Conselheiros, Procuradores de Justiça, Benis
 5 Silva Queiroz Bastos, Eduardo José Oliveira de Albuquerque, José Firmo Reis Soub, Antonio
 6 Ezequiel de Araujo Neto, Vítor Fernandes Gonçalves, Leonardo Roscoe Bessa, Marta Alves da Silva
 7 e Maurício Silva Miranda. Ausente justificadamente a Conselheira Selma Leite do Nascimento
 8 Sauerbronn de Souza e o Corregedor-Geral do MPDFT, Procurador de Justiça José Valdenor Queiroz
 9 Júnior. **I – HOMENAGEM.** Homenagem ao Promotor de Justiça Dermeval Farias Gomes Filho que
 10 integrou o Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP no período de 25 de setembro de 2017
 11 a 25 de setembro de 2019. O Conselheiro Ezequiel Neto e a Presidente do Conselho Superior foram à
 12 Tribuna para enaltecer a relevante atuação do Promotor de Justiça homenageado como Conselheiro
 13 do CNMP. Na sequência, o Promotor de Justiça Dermeval Farias Gomes Filho agradeceu o
 14 reconhecimento do seu trabalho no Colegiado Nacional. O Conselho Superior, à unanimidade,
 15 aprovou Moção do Conselheiro Antonio Ezequiel de Araujo Neto para que fosse registrado elogio nos
 16 assentamentos funcionais do Promotor de Justiça homenageado. **II – EXPEDIENTE. 1.**
 17 **APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ANTERIOR. A.** 282ª Sessão Ordinária, de 8 de novembro de
 18 2019. O Colegiado, à unanimidade, aprovou a ata. **2. COMUNICAÇÕES DA PRESIDÊNCIA. A.**
 19 Publicação da versão eletrônica da 11ª edição da Revista do MPDFT. O Promotor de Justiça Flávio
 20 Augusto Milhomem, Coordenador do Conselho Editorial da Revista do MPDFT, fez uso da palavra
 21 para o lançamento oficial da referida publicação. Na sequência, o Conselheiro Vítor Fernandes
 22 Gonçalves sugeriu que a Revista do MPDFT seja incluída no cadastro Qualis do Ministério da
 23 Educação e Cultura (MEC) por meio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível
 24 Superior (CAPES), tendo em vista a valorização da atividade acadêmica dos membros do MPDFT. **3.**
 25 **COMUNICAÇÕES DA PROCURADORIA DISTRITAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO –**
 26 **PDDC. A.** Ofício nº 652/2019-PDDC/MPDFT, de 3 de dezembro de 2019 (*Tabularium* nº
 27 08191.131171/2019-18), que encaminhou o Relatório mensal de atividades da PDDC, referente ao
 28 mês de novembro de 2019. O Procurador Distrital dos Direitos do Cidadão, José Eduardo Sabo Paes,
 29 prestou informações e fez esclarecimentos. **4. COMUNICAÇÕES DA OUVIDORIA. A.** Ofício nº
 30 3020/2019 – Ouvidoria, de 13 de novembro de 2019 (*Tabularium* nº 08191.124089/2019-29), que
 31 encaminhou o Relatório mensal da Ouvidoria do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios,
 32 do mês de outubro de 2019. **B.** Ofício nº 080/2019 – SIC, de 13 de novembro de 2019 (*Tabularium* nº
 33 08191.124086/2019-95), que encaminhou o Relatório dos pedidos de informação, segundo a Lei
 34 12.527/2011, relativo ao mês de outubro de 2019. **5. COMUNICAÇÕES DA CORREGEDORIA-**
 35 **GERAL. A.** Ofício Circular nº 059/2019-GCG, de 12 de novembro de 2019 (*Tabularium* nº
 36 08191.123301/2019-31), informando que a 2ª PJ de Entorpecentes na qual oficiou o Promotor de
 37 Justiça Ricardo Witler Contardo, foi excluída da lista de Unidades correicionadas no período de 21 a
 38 29 de novembro de 2019 (Ofício Circular nº 058/2019-GCG) e que a 3ª PJ Cível, Família, Órfãos e
 39 Sucessões de Sobradinho a cargo da Promotora de Justiça Adjunta Polyanna Silvares de Moraes Dias
 40 será submetida a correição. **III – AUDIÊNCIA PÚBLICA. 1. Processo nº 08191.017952/2018-10.**
 41 Interessado: Promotor de Justiça Sérgio Bruno Cabral Fernandes. Assunto: *Afastamento de longa*
 42 *duração para frequentar curso de mestrado.* Relator: Conselheiro JOSÉ FIRMO REIS SOUB.
 43 Discussão: Exposição pelo Relator. O Promotor de Justiça interessado, nos termos do art. 39, da
 44 Resolução CSMPDFT nº 170/2014 apresentou resumo de sua Dissertação. **Decisão:** Tendo em vista o



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
CONSELHO SUPERIOR

45 cumprimento das exigências contidas nos artigos 10 e 11 da Resolução CSMPDFT nº 71/2006, o
46 Conselho Superior, à unanimidade, acompanhou o voto do Relator pelo arquivamento do
47 Procedimento. **IV - ORDEM DO DIA. 1. Processo nº 08191.108151/2019-35.** Interessado:
48 Corregedoria-Geral do MPDFT. Assunto: *Proposta de alteração das Resoluções nºs 66/2005 e*
49 *78/2007, para adequação de prazos de impulsão dos feitos internos no âmbito do MPDFT.*
50 Relator: Conselheiro EZEQUIEL NETO. Discussão: Exposição pelo Relator. **Decisão:** O Conselho
51 Superior, à unanimidade, acompanhou o voto do Relator pela alteração das Resoluções CSMDPFT nº
52 66/2005 e 78/2007. **2. Processo nº 08191.092018/2019-50.** Interessados: Conselho Superior e Chefia
53 de Gabinete da Procuradoria-Geral. Assunto: *Aviso de Afastamento de membros do MPDFT para*
54 *estudos referente ao primeiro semestre de 2020.* Relatora: Conselheira BENIS SILVA QUEIROZ
55 BASTOS. Voto Vista: Conselheiro LEONARDO ROSCOE BESSA. Discussão: O Promotor de
56 Justiça Georges Carlos Fredderico Moreira Seigneur, em nome da Chefia de Gabinete da
57 Procuradoria-Geral de Justiça, manifestou-se sobre a matéria. Após o voto do Conselheiro Leonardo
58 Roscoe Bessa ocorreu aprofundado debate no Colegiado. Os Conselheiros Vítor Fernandes
59 Gonçalves e Marta Alves da Silva também proferiam votos escritos. **Decisão:** O Conselho Superior, à
60 unanimidade, acompanhou a Relatora pelo deferimento do afastamento de curta duração para
61 elaboração de dissertação de mestrado das Promotoras de Justiça Yara Maciel Camelo e Ronny Alves
62 de Jesus, nos meses de março, abril e maio de 2020; à unanimidade, acompanhou a Relatora pelo
63 deferimento do afastamento de longa duração da Promotora de Justiça Gabriela Gonzalez Pinto, no
64 período de janeiro a junho de 2020, para frequentar o curso de mestrado “*Derechos Humanos,*
65 *Interculturalidad y Desarrollo*”, na Universidade Pablo de Olavide, em Sevilha-Espanha, mediante
66 substituição cumulativa no período do afastamento, vencido o Conselheiro Vítor Fernandes
67 Gonçalves no tocante a sujeição do deferimento a condição resolutive que apresentou, no caso de o
68 Colegiado decidir pelo não arquivamento do Inquérito Administrativo Disciplinar nº
69 08191.038533/2019-94 a que responde a Promotora de Justiça. Na sequência, o Conselho Superior
70 por maioria, acompanhou o voto da Relatora pelo deferimento do afastamento de longa duração do
71 Promotor de Justiça Ericson dos Santos Cerqueira em vaga reservada à Escola Superior do Ministério
72 Público da União (ESMPU) no período de janeiro a maio de 2020, para frequentar o curso de
73 mestrado “*Master en Derecho Constitucional*”. Acompanharam o voto da Relatora os Conselheiros
74 Eduardo José Oliveira de Albuquerque, José Firmo Reis Soub, Vitor Fernandes Gonçalves e Mauricio
75 Silva Miranda, vencidos os Conselheiros Leonardo Roscoe Bessa, Ezequiel Neto, Marta Alves da
76 Silva e a Presidente do Conselho Superior, Fabiana Costa Oliveira Barreto, que votaram pelo
77 deferimento do afastamento requerido mediante indicação de membro para substituição cumulativa.
78 Em seguida, o Colegiado, por maioria, acompanhou o voto da Relatora pelo deferimento do
79 afastamento de longa duração do Promotor de Justiça Dermeval Farias Gomes Filho com início em
80 fevereiro de 2020, para frequentar curso de doutorado na Pontifícia Universidade Católica de São
81 Paulo (PUC-SP) mediante substituição cumulativa no período. Com a Relatora votaram os
82 Conselheiros Eduardo José Oliveira de Albuquerque, José Firmo Reis Soub, Vitor Fernandes
83 Gonçalves e Mauricio Silva Miranda, vencidos os Conselheiros Leonardo Roscoe Bessa, Ezequiel
84 Neto, Marta Alves da Silva e a Presidente do Conselho Superior, Fabiana Costa Oliveira Barreto, que
85 votaram pelo deferimento do afastamento sem necessidade de indicação de membro para substituição
86 cumulativa. Na sequência, em relação aos pedidos de curta duração subsequentes ao afastamento de
87 longa duração requeridos pelos Promotores de Justiça Ericson dos Santos Cerqueira e Gabriela
88 Gonzalez Pinto, o Conselho Superior, por maioria, acompanhou o voto da Conselheira Marta Alves
89 da Silva e deliberou no sentido de adiar a apreciação dos requerimentos até o final do período do
90 afastamento de longa duração. Votaram com a Conselheira Marta Alves da Silva os Conselheiros
91 Eduardo José Oliveira de Albuquerque, José Firmo Reis Soub, Leonardo Roscoe Bessa, Ezequiel



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
CONSELHO SUPERIOR

92 Neto e a Presidente do Conselho Superior, Fabiana Costa Oliveira Barreto, vencido o Conselheiro
93 Maurício Silva Miranda que propôs o deferimento imediato dos pedidos com o condicionamento da
94 observância dos requisitos da Resolução 71/2006/CSMPDFT tendo S.Exa. sido acompanhado pelos
95 Conselheiros Benis Silva Queiroz Bastos e Vítor Fernandes Gonçalves. Foi deliberado que os
96 Promotores interessados não precisarão concorrer a novo Aviso de afastamento, devendo o Relator
97 que posteriormente receber os processos de acompanhamento dos afastamentos de longa duração
98 (conforme art. 38 da Resolução CSMDPFT nº 170/2014) apreciar se foram cumpridos os requisitos
99 exigidos pela Resolução CSMDPFT nº 71/2006 para o pedido de curta duração. **3. Processo nº**
100 **08191.078132/2017-13.** Interessada: Promotora de Justiça Alessandra Gabriella Borges Pereira
101 Lorenzo. Assunto: *Afastamento para estudo em curso oferecido pela ESMPU.* Relator: Conselheiro
102 JOSÉ FIRMO REIS SOUB. Discussão: Explanação pelo Relator. **Decisão:** O Conselho Superior, à
103 unanimidade, acompanhou o voto do Relator pela prorrogação do prazo para comprovação da
104 apresentação da Dissertação de mestrado (art. 10, VII, da Resolução CSMPDFT nº 71/2006) até o dia
105 31 de maio de 2020. **4. Processo nº 08191.086384/2018-99.** Interessado: Promotor de Justiça
106 Marcelo Santos Teixeira. Assunto: *Afastamento de curta duração para elaboração de dissertação*
107 *mestrado.* Relator: Conselheiro LEONARDO ROSCOE BESSA. Discussão: Explanação pelo
108 Relator. **Decisão:** O Conselho Superior, à unanimidade, acompanhou o voto do Relator pelo
109 deferimento do pedido, iniciando-se a contagem dos prazos do artigo 10, da Resolução CSMPDFT nº
110 71/2006 a partir de 7 de junho de 2020. **5. Processo nº 08190.019385/15-88 (Recurso).** Interessada:
111 Cristia Corrêa de Lima. Assunto: Transposição de servidores da Carreira de Finanças e Controle e
112 Planejamento e Orçamento para a Carreira de Auditor de Controle Interno por meio de lei, sem
113 concurso público. Relator: Conselheiro EZEQUIEL NETO. Discussão: Explanação pelo Relator no
114 sentido da falta de previsão legal e normativa de recurso contra decisões das Câmaras de
115 Coordenação e Revisão homologatórias de arquivamento de procedimentos oriundos das Promotorias
116 de Justiça. **Decisão:** O Conselho Superior, à unanimidade, acompanhou o voto do Relator pelo não
117 conhecimento do recurso e arquivamento dos autos. **6. Processo nº 08191.117550/2018-14.**
118 Interessado: Conselho Superior do MPDFT. Assunto: *Recomendação de Caráter Geral CNMP-CN nº*
119 *2, de 21 de junho de 2018.* Relator: Conselheiro LEONARDO ROSCOE BESSA. Discussão:
120 Explanação pelo Relator. **Decisão:** O Conselho Superior, à unanimidade, acompanhou o voto do
121 Relator pelo arquivamento do Procedimento. **V - MANIFESTAÇÃO DOS CONSELHEIROS.** O
122 Conselho Superior, à unanimidade, aprovou proposta do Conselheiro Vítor Fernandes Gonçalves de
123 moção de voto de pesar pelo falecimento do Procurador de Justiça aposentado José de Nicodemos
124 Alves Ramos. O Conselheiro Maurício Silva Miranda comunicou ter determinado a suspensão do
125 Processo nº 08190.089393/02-86 em razão de licença médica do Promotor de Justiça Germano
126 Campos Câmara até que ele tenha condições de apresentar sua Tese de doutorado à respectiva Banca
127 Examinadora. O Conselheiro Ezequiel Neto comunicou ao Colegiado sua participação em Comissão,
128 juntamente com a Vice-Procuradora Geral de Justiça Selma Leite Sauerbronn de Souza e a Promotora
129 de Justiça Sandra de Oliveira Julião, para alterações e atualização dos Regimentos Internos da
130 Corregedoria-Geral e do Conselho Superior. A Presidente do Conselho Superior acrescentou que será
131 dada prioridade à atualização da Resolução CSMPDFT nº 71/2006. Ao final da sessão, foi definido o
132 dia 31 de janeiro de 2020 para a próxima Sessão Ordinária. Para constar, eu, Antonio Ezequiel de A.
133 Neto, Secretário do Conselho Superior, lavrei a presente ata, a qual vai assinada por mim e pela
134 Presidente do Conselho Superior.

FABIANA COSTA OLIVEIRA BARRETO
Presidente do Conselho Superior
Procuradora-Geral de Justiça

ANTONIO EZEQUIEL DE A. NETO
Secretário do CSMPDFT
Procurador de Justiça

Assinado por:

ANTONIO EZEQUIEL DE ARAUJO NETO - SCS em 04/02/2020.

FABIANA COSTA OLIVEIRA BARRETO - Precon/PJ em 04/02/2020.

.